CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

TCE APURA ACÚMULO NA PM



Por determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a Polícia Militar vai instaurar 16 processos administrativos disciplinares para apurar casos de acúmulo ilegal de cargos públicos. Decisão nesse sentido, relatada pelo conselheiro Saulo Mesquita, foi aprovada na sessão plenária da Corte realizada ontem. O processo decorreu das conclusões contidas no Relatório de Auditoria nº 04/2017, realizado no Plano Anual de Fiscalização do TCE em 2018, destinado a averiguar a regularidade dos acúmulos de cargos ou funções remuneradas na PM de Goiás, bem como a respectiva compatibilidade de horários. Ao longo das averiguações, o Serviço de Fiscalização de Atos de Pessoal do Tribunal de Contas apontou a existência de 55 servidores em desrespeito ao regime de dedicação integral imposto aos servidores militares e dois policiais acumulando três cargos públicos, em infringência ao limite máximo de dois. Os envolvidos apresentaram documentação e alegações de defesa e foi emitida instrução que conclui pela regularidade da situação de 35 servidores.

CURTAS

Mas... – A investigação do TCE já resultou na rescisão de contratos de trabalho de cinco servidores e outros que precisam comprovar o desligamento dos outros vínculos.

O POPULAR 31/01

Fundo escolar pagará salários de dezembro

EDUCAÇÃO Governo de Goiás aguarda liberação de verba do Fomento das Escolas de Tempo Integral para pagar outra parte dos servidores que ainda não receberam atrasados de 2018

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Com o anúncio do pagamento do salário atrasado de 16 mil servidores da Educação, a expectativa é que recursos do Fomento das Escolas de Tempo Integral, da União, sejam liberados para pagar outro grupo de funcionários da área na próxima semana. De acordo com a titular da Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esporte (Seduce), Fátima Gavioli, até 60% desta verba podem ser aplicados na folha de pagamento da pasta, mas não foi definido quantas pessoas serão beneficiadas.

Entram na lista de 16 mil pessoas que devem receber o salário atrasado amanhã servidores que têm vencimentos de até R$ 2,7 mil, levando em consideração 13º salário, férias e eventuais acertos. O recorte corresponde a 33% da folha da pasta e soma R$ 31,9 milhões, sendo R$ 29 milhões procedentes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e R$ 3 milhões do tesouro estadual.

Fátima afirma que o dinheiro do fundo seria usado, inicialmente, para quitar parte da folha de fevereiro. Entretanto, diz a secretária, como a Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada em segunda votação na última segunda-feira (28), no plenário da Assembleia Legislativa de Goiás, o governador a orientou a aplicar o dinheiro no pagamento de salários atrasados referentes a dezembro. "Nós tínhamos R$ 75 milhões do fundo no início de 2019, mas não era permitido usar essa verba para pagar contas do ano passado. Era necessário aprovar o Orçamento. Inclusive, o governo usou pouco mais da metade desse dinheiro para pagar parte da folha de janeiro. Agora, estamos usando todo o Fundeb para quitar os atrasados de dezembro. Não vai sobrar nada", afirma.



Secretária de Educação, Fátima Gavioli: dinheiro de fundo será usado no pagamento dos salários atrasados

Divulgação

> *"Estamos usando todo o Fundeb para quitar os atrasados de dezembro. Não vai sobrar nada"*
>
> **Fátima Gavioli, secretária de Educação**

LEGALIDADE

Especialista em Direito Público e conselheiro da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), Wandir Allan explica que sem o orçamento de 2019 aprovado, o governo não poderia empenhar restos a pagar do ano anterior, como era o caso da folha de pagamento de dezembro. "Existe previsão legal para usar o dinheiro do Fundeb para pagar despesas do mês corrente, como a folha de janeiro de servidores da Educação", explica Wandir.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima afirma que a expectativa da instituição era, com o dinheiro do fundo, pagar cerca de 22 mil servidores que recebem até R$ 3,5 mil, mas o recurso não foi suficiente. "Até segunda ordem, o restante fica para o escalonamento em cinco parcelas, já divulgado pelo governo. Mas, se a verba do fundo de fomento realmente for liberada na próxima semana, esperamos que servidores com vencimentos de até R$ 6 mil recebam o salário atrasado de dezembro", afirma a presidente.

> *"Até segunda ordem, o restante fica para o escalonamento em cinco parcelas, já divulgado pelo governo"*
>
> **Bia de Lima, presidente do Sintego**

Para Bia, a iminência de greve na Educação teve peso na decisão do governo de iniciar o pagamento dos salários de dezembro. "Diferente de outras categorias, a Educação tem verba vinculada. Nós estávamos falando sobre o Fundeb desde o início da negociação e o governo tem falado muito sobre transparência, criou-se um mal-estar grande", avalia a presidente. Mesmo com a maior parte da categoria ainda sem o salário, Bia afirma que não existe possibilidade de greve. "Não vamos convocar assembleia. Estamos com negociação em andamento e iniciando a execução de uma fase do pagamento", afirmou.

TESOURO

O POPULAR questionou a Secretaria da Fazenda (Sefaz) em relação à utilização de R$ 3 milhões do Tesouro Estadual para o pagamento de salários atrasados de dezembro da Educação. Por nota, a pasta informou que "ao longo do exercício serão efetuados todos os ajustes nas despesas correntes e de investimento de tal modo a compatibilizar a execução orçamentária e financeira às disponibilidades de caixa do Tesouro".

Os dados da folha da Educação foram encaminhados ontem da Seduce para a Sefaz, que já repassou as informações para a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Seplan). A pasta deve dar andamento no trâmite da folha de pagamento da Educação a partir de hoje.

Sindicatos esperam por novas negociações

Como 16 mil servidores da Educação devem receber seus salários de dezembro com verba do Fundeb, sindicatos e associações que representam as demais categorias esperam que o governo volte a discutir a proposta de escalonamento dos valores atrasados. Na última reunião com presidentes destas instituições, o secretário de Governo, Ernesto Roller (MDB), afirmou que o pagamento em cinco parcelas, a partir de março, por faixa salarial, era a última proposta do Estado. Em cada mês, cerca de R$ 150 milhões do caixa do governo seriam destinados para quitar salários atrasados.

> *"Como esse valor da Educação não será mais retirado do orçamento global, não há motivo para manter a mesma proposta"*
>
> **Adriano Costa, presidente do Sindepol**

De acordo com o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Goiás (Sindepol), Adriano Costa, a categoria espera que o governo diminua a quantidade de parcelas ou aumente a faixa salarial do escalonamento no mês de março, que abrange servidores que recebem até R$ 3.650 por mês. "Como esse valor da Educação não será mais retirado do orçamento global, não há motivo para manter a mesma proposta. O governo precisa nos chamar para negociar. Aguardamos esta sensibilidade. Esse cenário não fazia parte dos critérios usados na elaboração da proposta anterior", afirma Adriano.

A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Seplan) informou que vai readequar as faixas do escalonamento do restante do funcionalismo público e deve divulgar a nova tabela nos próximos dias. Entretanto, a pasta afirma que o governo segue com a proposta de escalonar os valores atrasados em cinco parcelas, por faixa salarial. Após a última reunião com o governo na semana passada, os sindicatos realizaram assembleias para colocar a proposta em votação. Apesar de ter sido alvo de discussão, a possibilidade de greve foi recusada em todas as reuniões. A dívida do Estado com servidores ativos e inativos é de mais de R$ 760 milhões. Em Goiás, mais de 150 mil funcionários públicos ainda não receberam seus salários de dezembro.

O POPULAR 31/01

Polícia Militar deve apurar 16 casos de acúmulo ilegal de cargos públicos em Goiás

Tribunal de Contas apontou a existência de 55 servidores em desrespeito ao regime de dedicação integral

A Polícia Militar de Goiás vai instaurar, por determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), 16 processos administrativos disciplinares para apurar casos de acúmulo ilegal de cargos públicos. Decisão nesse sentido, relatada pelo conselheiro Saulo Mesquita, foi aprovada na sessão plenária desta quarta-feira (30).

A medida é resultado da análise do Relatório de Auditoria, que verifica a regularidade dos acúmulos de cargos ou funções remuneradas, bem como a respectiva compatibilidade de horários. No processo, foram encontrados 55 servidores em desrespeito ao regime de dedicação integral imposto aos servidores militares e dois policiais acumulando três cargos públicos, ultrapassando o limite máximo de dois.

Após a fase de apresentação da defesa, 35 servidores elencados tiveram sua situação regularizada, enquanto 16 serão investigados em processos administrativos disciplinares, em face da permanência das irregularidades.

Outros cinco servidores terão de apresentar uma cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou termo de rescisão, para comprovar o desligamento de outros vínculos. Uma sindicância ainda deverá será aberta para apurar a compatibilidade de horários.

DIÁRIO DA MANHÃ 31/01



Café da Manhã

ULISSES AESSE

Educação começa a receber dezembro

O problema da falta do pagamento de dezembro aos servidores públicos começa a ser desfeito. Os servidores da **Educação** que ganham até R$ 2,7 mil terão o salário depositado na conta nos próximos dias. O governador **Ronaldo Caiado** (foto) determinou a **Seduce** que proceda assim. O valtor que será pago corresponde a 33% da folha salarial de dezembro de 2018. Vale dizer que o salário de dezembro deveria ter sido pago no governo de José Éliton, o que não foi feito. Fazem parte desta lista prioritária 16.449 servidores da Educação. O **Governo de Goiás** está realizando todos os esforços para quitar o restante da folha.

DIÁRIO DA MANHÃ 31/01

Ernesto Roller determina início imediato de Tomada de Contas

DA REDAÇÃO

O secretário de governo, Ernesto Roller, determinou o início imediato da Tomada de Contas dos Convênios do programa Goiás na Frente, em atendimento à notificação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), recebida no último dia 28 de janeiro. O objetivo é apurar a responsabilidade por danos à administração pública deixados pela gestão anterior.

O documento, enviado pelo TCE à Secretaria de Governo (Segov), solicita informações sobre a vigência dos convênios, o cronograma físico-financeiro das obras, as prestações de contas apresentadas e as prestações de contas omitidas. Assim que assumiu a Segov, Ernesto Roller expôs a preocupante realidade financeira do Goiás na Frente. Lançado em março de 2018, o programa celebrou mais de R$ 500 milhões em convênios com as prefeituras e, efetivamente, pagou cerca de 30% do total.

Durante entrevista à Rádio CBN Goiânia, na manhã desta terça-feira, dia 29, Ernesto Roller explicou que serão levantadas informações de cada um dos convênios, para que seja analisado caso a caso. "Vamos avaliar caso a caso e ver qual solução pode ser adotada sob o aspecto jurídico." O secretário de Governo reafirmou ainda que a atual disponibilidade de caixa do Estado impossibilita a continuidade do programa. "Sob o aspecto financeiro, não há como dar seguimento ao Goiás na Frente. Por enquanto, não há possibilidade de cumprimento das promessas feitas pelo governo passado."



DIÁRIO DA MANHÃ 31/01

TCE determina processos disciplinares por acúmulo ilegal de cargos na PM-GO

- Por determinação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás a Polícia Militar vai instaurar 16 processos administrativos disciplinares para apurar casos de acúmulo ilegal de cargos públicos. A decisão, relatada pelo conselheiro Saulo Mesquita, foi aprovada na sessão plenária de ontem
- O processo decorreu das conclusões contidas no Relatório de Auditoria nº 04/2017, realizado no Plano Anual de Fiscalização do TCE em 2018, destinado a averiguar a regularidade dos acúmulos de cargos ou funções remuneradas na PM bem como a respectiva compatibilidade de horários.
- Ao longo das averiguações, o Serviço de Fiscalização de Atos de Pessoal do TCE apontou a existência de 55 servidores em desrespeito ao regime de dedicação integral imposto aos servidores militares e dois policiais acumulando três cargos públicos, em infringência ao limite máximo de dois.
- Na fase da apresentação do contraditório, os envolvidos apresentaram documentação e alegações de defesa e, em seguida a unidade técnica emitiu uma instrução que conclui pela regularidade da situação de 35 servidores elencados e pela instauração de processos administrativos disciplinares contra 16 servidores, em face da permanência das irregularidades.
- Também sugeriu a necessidade de cinco servidores apresentarem termo de rescisão de seus contratos de trabalho ou cópia da CPTS à Polícia Militar, a fim de comprovarem o efetivo desligamento de seus outros vínculos, bem como abertura de sindicância para apurar a compatibilidade de horários dos vínculos.